

**MISCIGENAÇÃO: UMA ABORDAGEM DAS RELAÇÕES RACIAIS SOB A  
ÓPTICA COMERCIAL ENTRE PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS DOS  
SÉCULOS XV AO XVIII**

Cybele Regina Melo dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda a miscigenação pela óptica das relações comerciais existentes entre a metrópole Portugal e as suas colônias Brasil, África e Índia nos séculos XV ao XVIII. Também busca fazer um paralelo de como a literatura incorporou a importância comercial na vida social por meio de suas personagens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Miscigenação; Relações Comerciais; Literatura.

**ABSTRACT:** This article is about the miscegenation for the optics of the existing commercial relations between the Portugal metropolis and its colonies Brazil, Africa and India in centuries XV to the XVIII. Also it searches to make a parallel of as literature incorporated the commercial importance in the social life by means of its personages.

**KEYWORDS:** Miscegenation; Commercial relations; Literature.

A primeira impressão que temos é a de que comércio é uma atividade totalmente independente da questão racial, a não ser quando nos referimos, principalmente, a escravidão negra dos diversos povos dos países africanos. Observando com mais detalhes a história, percebemos que as relações comerciais e raciais vão muito além do simples ato de compra e venda e que pode ser fator primordial para o sucesso e até, a caracterização de um sistema comercial bem sucedido e a sua aceitabilidade no mercado vigente da época.

Com a leitura dos livros “*Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*”, de C. R. Boxer, e “*Francisco Félix de Souza – Mercador de Escravos*”, de Alberto da Costa e Silva, notamos que as relações vão muito além dos negócios em si e elas podem influenciar, transformar, enriquecer e/ou aniquilar aspectos singulares de culturas que ao entrar em contato com outras, absorvem e interagem entre si, provocando determinadas mudanças no seu modo de ver e de enxergar o mundo do “outro” e o “seu” mundo. Para

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Uninove. Especialista em Administração Hospitalar pela Faculdade Santa Casa de São Paulo, em andamento. Atualmente, participa do programa de pós-graduação da USP, como aluna especial. cyre@ig.com.br

Stuart Hall, o pós-colonial pode ser definido como binarismo representado na “transculturização”, em que a incorporação de aspectos de uma cultura na outra pode alterar historicamente a sua tradição cultural, nos direcionando a “reler os binarismos como formas de transculturização, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá” (2009, p. 102). As relações comerciais foram, de certo modo, o principal colaborador para a miscigenação no mundo. Como percebemos: em um trecho na obra de Boxer:

Desde os tempos das primeiras viagens portuguesas de descobrimento e comércio, ao longo da costa da Guiné, escravos, ouro e marfim eram os bens principais procurados pelos brancos. Na Alta Guiné, que, em linhas gerais, se pode definir como a região entre o Rio Senegal e o Cabo das Palmas, os comerciantes portugueses e os degradados percorriam rios e riachos, muitas vezes penetrando distâncias consideráveis no interior. Muitos deles estabeleceram-se nas povoações negras, onde eles e os seus descendentes mulatos funcionaram como principais ou intermediários no comércio de trocas entre africanos e europeus. Os que se tornavam completamente nativos, despindo as suas roupas, tatuando os corpos, e falando as línguas locais (...). Os reis de Portugal não punham grande objeção a esta miscigenação, como o faziam relativamente ao fato de estes lançados se furtarem ao pagamento de impostos que a Coroa impunha a todo comércio ultramarino. (1988, p. 14,15)

Os portugueses em suas viagens ultramarinas e a sua instalação em terras estrangeiras acabaram por se miscigenar com as populações locais. Muitas são as hipóteses apresentadas para que esse fato tenha ocorrido. Uma delas pode-se dizer, foi à falta de contingente branco do sexo feminino nas províncias coloniais forçando ou incentivando deliberadamente o contato físico de homens brancos com mulheres negras. Segundo Boxer (1988, p. 61): “Em parte por causa deste ambiente fronteiriço, de guerras contínuas, que permanecem com pequenos intervalos até o fim do século XVIII, muito poucas mulheres foram para a Índia, em comparação com os homens.” Poucas mulheres acompanhavam seus maridos, pais, irmãos ou filhos homens, e as que faziam, em sua maioria não agüentavam o longo percurso, morrendo no caminho ou ficando doentes ou debilitadas fisicamente, chegando a provocar até a esterilidade de algumas dessas mulheres.

Outro motivo exposto por Boxer (1988, p. 20), era a permissão do governo português em que seus patrícios pudessem se relacionar com as mulheres negras livremente:

Todos têm mulheres e filhos e algumas crianças ali nascidas são tão brancas como as nossas. Acontece, às vezes, que quando a esposa de um

comerciante morre, ele toma uma negra e isso é uma prática aceita, pois a população negra é rica e inteligente, educando os filhos à nossa maneira tanto no que diz respeito a costumes como ao vestir. As crianças nascidas destas uniões são de compleição escura e chamados mulatos, e são maliciosos e difíceis de levar.

Era também uma forma de se manter a estabilidade dos portugueses lá, já que mais para frente, de acordo com dados históricos, teremos casos de homens e mulheres que saíram das colônias africanas e foram estudar em Portugal, tendo acesso igual ao dos filhos brancos legítimos e com a possibilidade de retornarem e continuarem com os negócios da família, já visto que a maioria dos comandantes e senhorios portugueses tinham uma família branca em Portugal e uma mestiça na colônia.

C. R. Boxer nos diz que do ponto de vista estratégico militar também era favorável à miscigenação, já que os mulatos eram tidos como mais fortes e resistentes que os brancos,

[...] Os soldados da guarnição e outros europeus são pais de muitas crianças de mulheres brancas, o que dá como resultado haver muitos mulatos e mistos (pardos). Os filhos destas uniões dão grandes soldados, especialmente nas guerras do interior contra habitantes pagãos. Suportam trabalhos pesados e reduzida alimentação e andam descalços. Muitos deles tornam-se grandes homens. Quando esta conquista começou, todos os conquistadores mais importantes, com exceção dos poucos que trouxeram suas escravas ou concubinas livres. Cadornega afirmava que muitos dos descendentes destas uniões inter-raciais se tornavam homens importantes podendo ser comparados com os que resultavam dos casamentos de raças mistas na Índia Portuguesa e no Brasil. (1988, p. 34-5)

O comércio negreiro de escravos ganhou potencialidade no século XVII, por volta de 1700, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, “tornou-se urgentemente necessário encontrar escravos negros que fossem mais fortes e mais aptos para o trabalho nas minas do que os bantos de Angola e do Congo. Isto levou a reabrir o tráfico de escravos entre os portos brasileiros” (BOXER, 1988, p. 22).

As relações comerciais tornaram-se mais fortes, promovendo à ampliação dos negócios, sendo primordial a busca por encontrar locais estratégicos em que pudessem se estabelecer para que as relações comerciais fluíssem; “os portugueses conseguiram estabelecer-se em Whydah (Ajudá) em 1721, depois da conquista deste local por Daomé, sete anos mais tarde, uma média de cerca de 6000 escravos foi exportada anualmente para o Brasil, deste porto.” (BOXER, 1988, p. 22).

O historiador Alberto da Costa e Silva, em seu livro *Francisco Félix de Souza – Mercador de Escravos* menciona o mesmo local como a principal rota para o comércio de escravos que saíam da costa africana e atravessava o Atlântico com destino a outros países, como o Brasil. Nesse período, os brasileiros eram os dominantes no tráfico na área, chegando a ser em considerados como sinônimo de “mercador de escravos” pelos outros traficantes estrangeiros que também comercializam na região. Esta região ficou conhecida como a Costa dos Escravos:

No início do século XVIII, tinha-se Ajudá como o mais importante centro exportador de escravos do golfo do Benim. E, hoje, estima-se que 40% de todos os escravos – cerca de quatrocentos mil – que atravessaram o Atlântico, no primeiro quartel do Setecentos, foram ali embarcados. (SILVA, 2004, p. 41).

O comércio foi um importante ponto para a miscigenação racial, como percebido no trecho de Silva (2004, p. 46): “Glehue tornara-se, assim, tal qual sucederia com outras cidades da Costa dos Escravos, um centro cosmopolita, onde se encontravam, mercadejavam e se casavam entre si pessoas das mais distintas origens”.

Nesse período nos surge outra figura importante na história do tráfico negreiro da tríade Portugal-África-Brasil, o mercador de escravos Francisco Félix de Souza. Este comerciante já possui em sua biografia um exemplo típico de como a miscigenação ocorreu naquela época. Sua história no mundo do comércio se inicia por volta de 1779 e 1788, quando parte em viagem do Brasil para a África e se estabelece em Ajudá. Segue trecho de sua biografia:

Sua descendência assegura que veio ao mundo em 04 de outubro de 1754 – e foi a 4 de outubro de 1954 que se comemorou o seu segundo centenário (...) Nasceu em Salvador, como ele próprio deixou claro – “Digo Francisco Félix de Souza natural da cidade da Bahia e Rezidente neste Porto de Ajudá (...) na carta de alforria de uma escrava em 1844. (...) Era baiano, conforme declarou expressamente. Ainda que, como os demais brasileiros até 1822, súditos do rei de Portugal. (...) De seus pais e avós, tudo ignoramos. Certas tradições familiares fazem-no filho ou neto de português e de índia do Amazonas, que podia ser também uma cabloca ou cafuza. Há quem o diga branco ou o tenha por mulato e com costela escrava. Mulato claro. Ou mestiço indefinido – genealógicas de seus descendentes e reivindique como seu antepassado o governador-geral Tomé de Sousa. (...) em Salvador, aprendeu o suficiente para tornar-se depois guarda-livros do almoxarife e escrivão do entreposto e forte português de Ajuda. (SILVA, 2004, p. 12)

Interessante o trecho em que a cor de sua pele não é definida nem como negra ou branca, ele é visto como mulato ou mestiço indefinido, sendo descendente de português com índio, um exemplo típico da miscigenação que também ocorreu na América do Sul, Brasil, onde portugueses, índios e negros africanos se relacionavam, gerando filhos mestiços. Assim como na África, os mestiços também seguiram muitas vezes com o comércio do pai português, sendo muitas vezes, criados junto com os filhos brancos aprendendo as mesmas lições e costumes. Por outro lado, também eram vítimas do isolamento por brancos e negros, que não os aceitavam nem na casa grande, nem na senzala, como bem descrito na obra de Gilberto Freyre “*Casa Grande & Senzala*” em que o autor aborda as inúmeras questões da escravidão e entre elas, usa a demarcação do espaço físico entre negros, mulatos e brancos, utilizando como pano de fundo uma fazenda típica do Brasil colônia como uma metáfora das relações raciais de origens diversas.

Este fato do mestiço não ter seu espaço e de sua aceitabilidade ser uma complexidade na sociedade não se limitava às colônias Brasil ou as Africanas, e em Goa, na Índia, o problema também existia, “os portugueses nascidos na Europa (os reinóis) como os brâmanes cristãos tendiam a desprezar os mestiços, ou os verdadeiros indo-portugueses de sangue misto” (BOXER, 1988, p. 78). Contudo, na Índia a questão não se limitava apenas à questão da cor da pele, mas à fatores religiosos em que predominavam-se as distinções pelas castas que já faziam parte de sua cultura religiosa e social muito antes da chegada dos colonizadores.

E, por outro lado, o fator que prevalecia para se aceitar um mestiço indiano-português como um típico cidadão português foi o aspecto religioso e não o de cor, como citado no trecho: “no conjunto, os reis portugueses seguiram o princípio de que a religião e não a cor deveria ser o critério para a cidadania portuguesa” (BOXER, 1988, p. 71).

Essa fusão de portugueses europeus com negros resultando numa população mestiça, como percebemos no trecho: “Relações sexuais livres entre negros e brancos resultaram na criação de uma população mulata inteiramente portuguesa, nas ilhas de Cabo Verde e nas de S. Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné” (BOXER, 1988, p. 18), revelaram que a cor da pele misturava-se, bem como as culturas européia, africana e a indiana. Mas é certo que a europeização foi mais forte do que qualquer outra, principalmente com relação à africanização “a amálgama racial completou-se, predominando o elemento negro na constituição física e o português no aspecto cultural.” (BOXER, 1988, p. 19).

A educação seguia os moldes no estilo europeu, mesmo a família negra sendo rica, o que prevalecia eram os costumes europeus. Nos romances *O Escravo*, de José Evaristo D’Almeida, e *Os Brahamanes*, de Francisco Luiz Gomes, notamos trechos que nos indicam a forte influência nos costumes e na educação. A representação dessas personagens se dá pela prevalência do aspecto europeu na sociedade, tanto em Cabo Verde como na Índia.

No romance cabo-verdiano *O Escravo*, a descrição da casa principal é a de uma típica “quinta européia”, em que o autor menciona que antes da chegada da família de Luiza – personagem principal do romance – o aspecto era diferente, não se aproximando em nada o de uma casa de família européia: “Em 1835, ainda não havia ali, nem as azedinhas, nem as pereiras, nem outras árvores, que, em seis anos tem crescido muito, copado pouco, e que – como saudosas de seu país natal – permanecem tristes, temendo expor seus frutos aos raios abrasadores de este sol africano” (ALMEIDA, 1914, p. 26).

No romance indiano *Os Brahamanes*, de Francisco Luiz Gomes, a jovem Helena, filha de Roberto, personagem principal da obra, recebe educação em Londres, antes de vir para a Índia para ficar com o pai. O mesmo ocorre com os jovens irmãos Thomaz e Emília (nome que receberam após batismo cristão) que ficaram órfãos de pai e mãe indianos que sob a tutela de Roberto e do frei Francisco, são levados para Londres, com o intuito de serem educados em um colégio irlandês, dentre os costumes europeus.

Esse fator cultural também pode ser percebido em um trecho da obra *Francisco Félix de Souza - Mercador de Escravos*, de Alberto da Costa e Silva, quando ele menciona a descrição feita de uma casa de um aventureiro holandês Hendrik Hertogh, que mudou-se para a África e, mesmo tendo a “capacidade de africanizar-se”, para obter bons relacionamentos comerciais, manteve sua moradia nos moldes holandeses como a mobília, a decoração e as comidas, porém, tinha artesãos e músicos de todo tipo trabalhando para ele, e as músicas podiam ser tanto no estilo europeu como no africano. Isso demonstra que para ser culto era preciso seguir aos padrões europeus, mesmo estando fora da Europa: “Ao africanizar-se, não se deseuropeizou: manteve o apreço pelo conforto, o luxo e os símbolos de riqueza europeus.” (2004, p. 21).

No livro de Silva, temos um exemplo de como a importação de uma cultura para a outra se dá em diversos aspectos, podendo ser sutis ou profundos, como visto na análise e na descrição do estilo de cemitério feita pelo sociólogo G. Freyre, em que fica nítida a importação da influência africana na cultura brasileira:

No cemitério visitado por Gilberto Freyre, diante de cada lápide, havia um pequeno recipiente, para recolher, não flores, mas oferendas ao defunto; a bebida e a comida de praxe em boa parte da África tradicional. Para esse campo-santo, onde não se enterravam os patrões brancos, iam os seus ex-escravos e serviçais, bem como os africanos cristianizados. Se o defunto era importante, podia merecer sepultura ainda mais requintada: um bloco alto, encimado por imagem de santo ou Dele próprio, de pé ou sentado. (2004, p. 11)

A importância dos negócios torna uma tradição que passa de geração em geração das famílias dos pioneiros imigrantes europeus que se erradicaram e constituíram fortuna nos países da África e na Índia. Como citado no romance *Os Brahamanes*, o personagem principal Roberto se desloca de Londres para a Índia, com o intuito de administrar os negócios de seu tio que está debilitadamente, e na qual ele será o herdeiro.

Na Índia as relações comerciais de escravos não foram tão significativas, o poucos que foram “comercializados” eram para os serviços caseiros e mais leves, como acompanhantes ou guarda-costas:

Em contraste com o que estava a acontecer na costa ocidental da África, os portugueses não estiveram primitivamente interessados no tráfico da escravatura na costa oriental até ao século XVIII, quando este ramo de negócio se tornou mais importante que o do ouro e do marfim. É certo que sempre comerciaram em escravos, como os árabes e swahili tinham feito antes deles, mas estes escravos negros da África Oriental eram procurados somente como serventes domésticos ou guarda costas. (BOXER, 1988, p. 58).

Na descrição histórica do comércio de Francisco Félix de Souza, podemos notar que a miscigenação foi um fator positivo para o sucesso de seus negócios:

Francisco Félix não demorou em aprender este e outros truques do negócio com os que, saídos do Brasil, se voltaram em eficientíssimos intermediários nas transações entre o golfo do Benim e as Américas, especialmente a Bahia, de onde a maioria provinha. Alguns eram africanos manumissos, que, não encontrando espaço para progredir no Brasil ou saudoso de seus pagos, haviam regressado à África, mas se deixaram ficar no litoral, em vez de seguir para as suas terras de origem. Outros – brancos, caboclos, cafuzos, mulatos ou negros -, conhecedores da Costa como tripulantes de barcos negreiros, tinham decidido nela ficar. Outros ainda para lá haviam viajado com o propósito de se instalarem como agentes ou representantes dos grandes importadores, quase todos portugueses, que dominavam o comércio de escravos na Bahia, ou como sócios de empresas familiares, nas quais um irmão, primo ou cunhado ficava no Brasil e o outro na costa africana. Uns poucos, fossem africanos ou crioulos, tinham feito viagens, ainda escravos ou, na maioria dos casos, já libertos, para a costa da África, com

o objetivo de adquirir cativos para seus senhores ou ex-senhores, e depois lá se fixado como agentes dos antigos amos ou a comerciar por conta própria. E não faltavam aqueles, brancos ou mestiços, que saíam em busca da fortuna ou para quem a vida era ditada pelo gosto da aventura. A repetir os lançados portugueses e cabo-verdianos, que se tornarem visíveis, a partir do último terço do século XV, na Senegâmbia e nos Rios da Guiné, tiveram eles comportamentos contrastantes. Alguns se africanizaram ou reafricanizaram inteiramente. Outros transformaram-se em verdadeiros centauros culturais: africanos entre africanos, europeus ou europeizados quando em contato com europeus. E havia ainda os que, embora mestres em lidar com a gente da terra, não cederam a seus costumes e se guardaram brasileiros. (SILVA, 2004, p. 34)

Notamos que o contraste de cor – brancos e negros – ficou em segundo plano, quando as questões predominantes se referiam ao dinheiro. Por maior discriminação ou confronto racial que existiram nesse período, o que prevaleceu foram as relações comerciais, sendo que estas deveriam ser o mais lucrativas quanto possível. Não se levava em consideração e não se tinha importância se a mercadoria eram pessoas (negras ou mestiças), ou se eram outros tipos de mercadorias como ouro, tabaco, especiarias, e demais produtos, bastassem serem rentáveis no comércio. E, como o “produto” mais rentável na época eram os escravos negros, foi o que mais se buscou comercializar.

A influência européia sob as demais culturas foi realmente significativa, e o que se nota é a sua predominância nos costumes e na incorporação do estilo de vida europeu, ocorrendo à miscigenação não apenas de raças, mas de suas culturas. E, se pensarmos sob o aspecto da colonização existente dos séculos XV ao XVIII entre Portugal e todas as suas colônias, podem ir ao encontro do que é defendido por Stuart Hall, em que define período colonial e período pós-colonial como o momento: que proporcionou uma divisão binária da cultura do colonizador e a do colonizado:

Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diásporica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e no “estrangeiro” (2009, p. 102)

E isso só foi possível pelo sucesso e pelas abrangentes transações comerciais que existiram nessa época. A cor da pele de um comerciante era vista sob a óptica de suas habilidades comerciais e de seu patrimônio, seja ele branco ou mestiço.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Evaristo de. *O Escravo*. Lisboa: Manuel Ferreira, 1914.

BOXER, C. R.. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415 -1825*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Francisco Luiz. *Os Brahamanes*. 2ª ed. Lisboa: Minerva, 1998.

HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidade e Mediações Culturais*. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.